ACORDO COLETIVO DE TRABALHO FIRMADO ENTRE O SINDICATO DOS SERVIDORES EM CONSELHOS E ORDENS DE FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO - SINDICOES E O CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DO ESPIRITO SANTO - CREA-ES, CORRESPONDENTE AO PERÍODO DE 1º DE MAIO DE 2006 A 30 DE ABRIL DE 2007.

Pelo presente Acordo Coletivo de Trabalho, de um lado, o Sindicato dos Servidores em Conselhos e Ordens de Fiscalização Profissional do Estado do Espírito Santo - SINDICOES - inscrito no CNPJ sob o nº 01.757.127/0001-12, com sede à Rua General Osório, 83, Ed. Portugal, sala 1503, Centro, Vitória-ES, CEP 29.020-000, aqui representado pela sua Presidenta Ivana Lozer Machado, CPF n.º 451.026.357-00 e, do outro lado, o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Espírito Santo - CREA/ES - inscrito no CNPJ sob o nº 27.055.235/0001-37, com sede à AV. Cesar Hilal, 700, 1º andar, Bento Ferreira, Vitória-ES, representado pelo seu Presidente Luis Fernando Fiorotti Mathias, CPF n.º 493.665.137-00, têm justo e contratado o que se segue:

CAPÍTULO I - DA DATA BASE

CLÁUSULA 1ª - DATA BASE

Fica reconhecida e garantida como data-base da categoria a data de 1º de maio.

CAPÍTULO II - DOS SALÁRIOS

CLÁUSULA 2ª - REAJUSTE SALARIAL

Reajuste dos salários vigentes em maio de 2006, mediante aplicação do INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor acumulado no período de 01/05/2005 à 30/04/2006, de 3,34% (Três vírgula trinta e quatro por cento), acrescido do ganho real de 2,66% (Dois vírgula sessenta e seis), totalizando o percentual de 6,00% (seis por cento), a ser aplicado na folha de pagamento do mês de maio/2006.

CLÁUSULA 3ª - PAGAMENTO DE SALÁRIOS

O CREA-ES efetuará o pagamento dos vencimentos dos seus servidores no dia 25 (vinte e cinco) do mês respectivamente trabalhado, salvo, quando este recair em sábado, domingo ou feriado, ocasião em que deverá ser antecipado para o último dia útil imediatamente anterior, preservando as condições mais favoráveis já praticadas.

CLÁUSULA 4ª - ADIANTAMENTO DO 13º SALÁRIO

Pagamento da primeira parcela do 13º salário no mês de fevereiro ou no mês das férias do servidor, cujo comunicado deverá ser

feito pelo interessado até 31 de janeiro, garantindo as condições mais favoráveis já praticadas.

CAPÍTULO III - DOS BENEFÍCIOS

CLÁUSULA 5ª - BANCO DE HORAS (ANEXO)

Fica regulamentado o Banco de Horas do CREA-ES com a finalidade de promover a compensação relativa aos dias intercorrentes aos feriados e o ressarcimento das horas excedentes ou faltas e atrasos;

Parágrafo primeiro - Fica acordado o "Calendário de Compensações de 2006/2007" na forma negociada pelo CREA-ES e SINDICOES, para composição do Banco de Horas;

Parágrafo segundo - O Banco de Horas será compensado na paridade de 1/1;

Parágrafo terceiro - As horas excedentes ao Banco de Horas serão ressarcidas na paridade de 1/1,5; exceto sábados, domingos e feriados que serão ressarcidas na paridade de 1/2;

Parágrafo quarto - O CREA-ES só reconhecerá as horas excedentes ou faltas e atrasos no caso de terem sido aprovadas e autorizadas previamente pelas Gerências de forma expressa;

Parágrafo quinto - As horas excedentes e a compensação em folgas, só serão permitidas com anuência expressa das Gerências; Parágrafo sexto - Findo o período pactuado no Banco de Horas do CREA-ES as horas não compensadas que faltarem ou excederem ao mesmo serão descontadas ou pagas na forma da lei.

CLÁUSULA 6ª - VALE REFEIÇÃO

O CREA-ES assegurará, a todos os funcionários com jornada de trabalho diária de 08 (oito) horas, a manutenção do fornecimento de 22 (vinte e dois) "vales refeição" por mês, correspondentes à média de dias úteis mensais do ano, com o valor nominal R\$ 12,00 (doze reais), perfazendo um valor mensal de R\$ 264,00 (duzentos e sessenta e quatro reais), não sendo concedido vales refeição nos dias de faltas, atestados e licenças, a partir de 03 (três) dias dentro do mês, assim como férias.

CLÁUSULA 7ª - VALE ALIMENTAÇÃO

O CREA-ES assegurará a manutenção do fornecimento, sem ônus, para todos os funcionários, de vale alimentação, no valor nominal de R\$ 210,00 (duzentos e dez reais), inclusive em caso de afastamento por motivo de férias, licença maternidade e licença saúde, sendo neste caso limitado ao prazo máximo de 06 (seis) meses.

CLÁUSULA 8ª - FÉRIAS

Na concessão das férias, será garantido ao servidor o direito de optar pela conversão de 1/3 (um terço) das mesmas em abono pecuniário, sendo que seu início não poderá coincidir com sábados, domingos e feriados ou dias já compensados.

CLÁUSULA 9ª - ADIANTAMENTO DE RETORNO DE FÉRIAS

O CREA-ES assegurará a manutenção do adiantamento de retorno de férias que será descontado em até 8 (oito) parcelas iguais nos

meses subsequentes ao mês do gozo de férias;

CLÁUSULA 10ª - REMUNERAÇÃO VARIÁVEL

O CREA-ES assegurará a manutenção da Remuneração Variável para todos os funcionários, a título de participação nos resultados, cujos critérios, índices e metas são definidos pela Diretoria em instrumento específico, em consonância com os objetivos, estratégias e desempenho do CREA/ES, com validade para cada exercício financeiro;

CAPÍTULO IV - DO INCENTIVO À EDUCAÇÃO

CLÁUSULA 11ª - HORÁRIO DE FUNCIONÁRIO ESTUDANTE

Parágrafo primeiro - CREA/ES assegurará aos funcionários regularmente matriculados em instituição de ensino público/privado, a flexibilização do horário de entrada e saída, em no máximo 30 (trinta) minutos, mantendo-se obrigatoriamente a carga horária do contrato de trabalho em vigor, com a autorização expressa das Gerências e anuência da Superintendência;

Parágrafo segundo - O CREA/ES assegurará aos funcionários regularmente matriculados em instituição de ensino público/privado, a redução da jornada de trabalho para 06 horas diárias visando à realização do curso, desde que autorizado pelo respectivo Gerente, Superintendente e pelo Presidente, pactuado expressamente com o funcionário, com proporcional redução do salário, retornando a sua normalidade (salário e jornada diária) após conclusão do curso;

CLÁUSULA 12ª - AUXÍLIO EDUCAÇÃO

O CREA-ES manterá o Programa de Capacitação e Desenvolvimento de Recursos Humanos com critérios definidos pela Diretoria e dotação orçamentária próprios, com objetivo de proporcionar crescimento pessoal e profissional dos funcionários.

CAPÍTULO V - DO REGULAMENTO DE PESSOAL

CLÁUSULA 13ª - JORNADA DE TRABALHO

Manutenção da jornada de trabalho de 40 (quarenta horas) semanais, sem prejuízo da remuneração contratual vigente.

CLÁUSULA 14ª - TRABALHO NOTURNO

Conforme legislação em vigor.

CLÁUSULA 15ª - TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO DECORRENTES DE PRESTAÇÃO DE SERVICOS EM HORÁRIOS EXTRAORDINÁRIOS -

Parágrafo primeiro - Quando o funcionário for convocado a trabalhar em horário extraordinário, sábados, domingos e feriados, o CREA-ES se responsabilizará pelo deslocamento e fornecerá a alimentação, caso a jornada extraordinária seja superior a 4 horas.

Parágrafo segundo - Quando o serviço extraordinário ocorrer em dias de expediente normal, o CREA-ES não estará obrigado a fornecer vale transporte adicional, ressalvando que após as

22:00h, deverá fornecer transporte aos funcionários através de veículos da frota ou táxi.

CAPÍTULO VI - SAÚDE E SEGURIDADE NO TRABALHO

CLÁUSULA 16ª - ASSISTÊNCIA MÉDICA

Parágrafo primeiro - O CREA-ES assegurará a manutenção do custeio de 80% (oitenta por cento) do valor da mensalidade relativa aos serviços de assistência médica contratados junto a UNIMED, relativo ao PLANO ESPECIAL com remoção U.T.I Móvel, a todos os funcionários do CREA/ES, extensivo ao Cônjuge, companheiro/a, filhos e enteados, em conformidade com a legislação do Imposto de Renda;

Parágrafo segundo - O CREA-ES assegurará a manutenção de inclusão de dependentes não mencionadas acima, desde que o funcionário assuma todas as despesas oriundas desse procedimento;

Parágrafo terceiro - O CREA-ES poderá permitir ao funcionário aposentado usufruir dos serviços de assistência médico - hospitalar contratados pelo CREA-ES, observando as vantagens obtidas em negociações coletivas de trabalho, através do convênio firmado entre o CREA-ES e a ASCREA-ES, ficando a Associação responsável pelo ressarcimento do total das despesas decorrentes da utilização dos serviços de assistência médica contratada.

Parágrafo quarto - O Crea-ES assegurará a manutenção do custeio de 80% (oitenta por cento) do valor da mensalidade relativa aos serviços de assistência médica contratados, durante o período máximo de 06 (seis) meses, para os dependentes dos funcionários que estiverem afastados pela Previdência Social. Findo este prazo o funcionário deverá arcar com o custeio integral de seus dependentes, caso contrário a exclusão será realizada automaticamente.

CLÁUSULA 17ª - AUXÍLIO PREVIDÊNCIA

Conforme legislação em vigor.

CLÁUSULA 18ª - AUXÍLIO FUNERAL

Em caso de falecimento do funcionário, o CREA-ES concederá auxílio funeral, no valor máximo de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais).

CLÁUSULA 19ª - LICENÇA-MATERNIDADE, ADOÇÃO E ACOMPANHAMENTO FAMILIAR

O CREA-ES garantirá Licença-Maternidade e Adoção conforme Legislação em vigor, bem como o direito de acompanhar seus filhos em caso de doença e seu cônjuge e pais, em caso de urgência/emergência médica (pronto socorro), devendo apresentar atestado de acompanhante.

CLÁUSULA 20ª - ATESTADOS MÉDICOS

Os funcionários que faltarem por motivo de doença deverão comunicar o fato à respectiva gerência no prazo de 24 horas da emissão do atestado e entregá-lo ao CREA/ES em até 72 horas.

CLÁUSULA 21ª - LICENÇA PATERNIDADE, NÚPCIAS E ÓBITO

Parágrafo primeiro - O CREA-ES garantirá Licença-Paternidade, Núpcias conforme Legislação em vigor.

Parágrafo segundo - O CREA-ES, em razão do falecimento do cônjuge, companheiro, pais, madrasta, padrasto, irmãos, filhos, enteados e menores sob guarda ou tutela, garantirá sem prejuízo da remuneração, a ausência do funcionário por 03 (três) dias úteis, excluídos o dia do ocorrido.

CLÁUSULA 22ª - SEGURO DE VIDA EM GRUPO

O CREA-ES concederá aos seus servidores Seguro de Vida e de acidentes pessoais, com apólice no valor de R\$ 10.000,00.

CAPÍTULO VII - DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO

CLÁUSULA 23ª - SAÚDE DO TRABALHADOR

O CREA-ES continuará fornecendo gratuitamente café e água, durante todo o expediente nos locais já existentes, como forma de intervalo de prevenção de fadiga e colocará ainda à disposição do SINDICOES, para qualquer consulta que se fizer necessária, o PPRA e PCMSO, devendo comunicar ao mesmo todos os casos de afastamento por motivo de acidente de trabalho, garantindo inclusive acesso aos atestados médicos, desde que autorizado pelo respectivo funcionário.

CLÁUSULA 24ª - VALE-TRANSPORTE

De acordo com a legislação.

CLÁUSULA 25ª - UNIFORMES

Caso o CREA-ES adote a utilização de uniforme o mesmo será fornecido gratuitamente aos seus funcionários, em quantidade e freqüência que assegurem a manutenção de sua qualidade, sendo seu uso de caráter obrigatório durante o expediente normal de trabalho.

CAPÍTULO VII - DAS RELAÇÕES SINDICAIS

CLÁUSULA 26ª - LIBERAÇÃO DE DIRIGENTE SINDICAL

Fica garantida a liberação de 01 dirigente sindical, a ser indicado pelo SINDICOES, com licença remunerada e demais benefícios, exclusivamente para realizar atividades do SINDICOES, mediante comunicação ao respectivo Gerente, até o limite de 100 (cem) horas durante o período de vigência deste Acordo.

A participação em cursos, seminários, congressos e outros eventos promovidos pelo SINDICOES e/ou pela Federação Nacional dos Servidores das Autarquias de Fiscalização do Exercício Profissional - FENASERA será objeto de análise da Diretoria do CREA/ES.

CLÁUSULA 27ª - QUADRO DE AVISOS

O CREA-ES autoriza a colocação, em seus Quadros de Avisos, de comunicados do SINDICOES de interesse dos servidores.

CLÁUSULA 28ª - ENTRADA DE DIRIGENTES SINDICAIS NOS CONSELHOS

Sempre que se fizer necessário, os representantes do SINDICOES e/ou da FENASERA - Federação Nacional dos Servidores das Autarquias de Fiscalização do Exercício Profissional terão livre acesso aos locais de trabalho para distribuição de boletins, convocatórias e para efetuar sindicalizações.

CAPÍTULO VIII - DAS DISPOSIÇÕES EM GERAL

CLÁUSULA 29ª - MENSALIDADE SINDICAL

As mensalidades associativas sindicais, devidas pelos funcionários ao SINDICOES, deverão ser descontadas pelo CREA-ES em folha de pagamento e repassadas ao SINDICOES mediante depósito em conta corrente que este indicar ou contra recibo em sua tesouraria até o 5º (quinto) dia útil após a efetivação do desconto. O repasse deverá ser acompanhado do fornecimento de relação nominal de todos os funcionários e dos valores individualmente descontados, observando o artigo 545 da CLT - Consolidação das Leis do Trabalho.

CLÁUSULA 30ª - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL

O CREA-ES praticará desconto de 3% (três por cento) do salário base de todos os empregados beneficiários deste Acordo Coletivo, a título de Contribuição Assistencial, conforme aprovado em Assembléia Geral Ordinária realizada no dia 23/02/2006, descontado de uma só vez e repassado ao SINDICOES, quando do pagamento do mês de junho de 2006, após a assinatura do presente termo de acordo, resguardado o direito de oposição.

CLÁUSULA 31ª- CADASTRO GERAL DE SERVIDORES

O CREA-ES permitirá ao SINDICOES, sempre que necessário acesso à relação nominal de todos os servidores por cargo e local de trabalho.

CLÁUSULA 32ª - VIGÊNCIA DO ACT

O presente ACT vigorará a partir de 1º de maio de 2006 até 30 de abril de 2007.

CLÁUSULA 33ª - ABRANGÊNCIA

Aplica-se o presente Acordo Coletivo de Trabalho, na sua integralidade, a todos os funcionários da autarquia que pertencem à categoria abrangida pelo SINDICOES e aos admitidos após a data base.

CLÁUSULA 34ª - CONTINUIDADE DAS NEGOCIAÇÕES

A Comissão de Negociação, formada por representantes do CREA/ES e do SINDICOES se reunirá sempre que necessário, durante a vigência deste Acordo, em data a ser acertada entre as partes, para tratar dos seguintes itens:

- Acompanhamento de cláusulas com prazo para sua implantação;
- Fiscalização do cumprimento do presente Acordo.

CLÁUSULA 35ª - CASOS OMISSOS

Os assuntos não previstos em Lei e no Acordo Coletivo de Trabalho terão a participação efetiva e serão acordados entre o CREA-ES, SINDICOES e ASCREA-ES.

CLÁUSULA 36ª - AÇÃO DE CUMPRIMENTO E COMPETÊNCIA

O SINDICOES é competente para propor em nome da categoria, ação de cumprimento, em qualquer jurisdição, em relação às cláusulas do Acordo Coletivo de Trabalho, conforme disposto no capítulo II, Artigo 8º da Constituição Federal.

Sendo esta à vontade das partes, assinam o presente Acordo Coletivo de Trabalho, em 04 (quatro) vias de igual teor que, lidas, conferidas e achadas conforme, vão devidamente assinado pelos representantes legais contratantes.

Vitória, 25 de Maio de 2006.

Diretor Presidente

Adm. Ivana Lozer Machado Eng. Civil Luís F. Fiorotti Mathias Presidente do CREA/ES